CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

SECRETARIA

PROJETO DE LEI Nº. 036/2011

EXERCÍCIO: 2011

PROCESSO: 111/2011

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2011,
OFÍCIO Nº. 252/2011 – GPM
PROTOCOLO: 2219.

ASSUNTO: *"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".*

AUTORIA: *VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX.*

PROTOCOLO: 2171/2011 **QUORUM:** *MAIORIA SIMPLES*

ATUAÇÃO

*Aos **29** dias do mês de **setembro** nesta cidade de Holambra, na secretaria Municipal, autuo presente processo como diante se vê. Do que para constar, faço este termo.*

*Eu, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA, VEREADOR/PRESIDENTE**, a subscrevi.*

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

LEI Nº 749 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra manteve, e eu, seu Presidente, nos termos do artigo 46, § 6º da Lei Orgânica Municipal, c.c. Artigo 26, Inciso II, alínea 262, § 10 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Ficam todos os estabelecimentos bancários e financeiros, agências dos correios e lotéricas, sediados no município da Estância Turística de Holambra, obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento, sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno, de modo que torne possível a completa visualização da entrada e saída de todos os usuários.

Parágrafo Único: O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe derem acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

Artigo 2º - Será obrigatória a afixação de aviso informativo sobre a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

Artigo 3º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

Artigo 4º - Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenados em local adequado e seguro, sob responsabilidade do estabelecimento, ficando à disposição das entidades investigativas, quando

044/2011
Fl Nº
111/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício GP nº. 166/2011

Estância Turística de Holambra, 17 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal

Tem este a finalidade de comunicar o Resultado do Veto Total ao Projeto de Lei nº. 036/2011, o qual foi apresentado e ***REJEITADO EM VOTAÇÃO SECRETA*** *realizada na 29ª Sessão Ordinária do 2º Biênio da 5ª Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 16 de novembro de 2011 nesta Casa de Leis.*

O Autógrafo nº. 029/2010, referente ao projeto acima mencionado foi encaminhado ao Executivo Municipal pelo Ofício nº. 066/2011, recebido em 19/10/2011.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos votos de estima e consideração

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 3625/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 17 de Novembro de 2011.
RESPONSÁVEL

A Sua Excelência a Senhora
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl Nº 043/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *16/11/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 036/2010*

ASSUNTO: *"DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEOS NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".*

NOME	ASSINATURA
ANDREZA ESPERANÇA	
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	
ASTÉRIO PINTO FILHO	
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	
MARIO LUIZ SITTA	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	
WILSON BARBOSA	

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
HOLAMBRA
S P

Fl Nº 041/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

DATA: *16/11/2011, ÀS 19 HORAS*

PROPOSITURA: *PROJETO DE LEI N.º 036/2010.*

ASSUNTO: *"DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEOS NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".*

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS	ABSTENÇÕES
	1	
	1	
	1	
	1	
	1	
1		
1		
1		
1		

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: 05

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Rejeitado o veto total

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 042/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, AO VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº036/2011 DE AUTORIA DA VEREADORA NAIARA REGITANO HENDRIKX.

Em análise ao VETO aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 036/2011, de autoria da Nobre Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte: "**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**"

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador Mario Luiz Sitta, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: a proposição de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, é legal, tendo em vista estar de acordo com o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal, que traz a legitimidade do Município para legislar supletivamente a cerca de segurança bancária, no âmbito de seu interesse local. Além disso, não fere o artigo 61, também da CF e artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, que traduzem as matérias de competência privativa do Poder Executivo.

Diante do exposto, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é Contrário ao Veto, em termos de legalidade, visto que o projeto obedeceu todos os requisitos legais indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna pois visa propiciar segurança aos munícipes usuários de serviços financeiros e bancários, já que a instalação de câmeras inibe a prática de ações ilícitas, e, ainda, possibilita a identificação de eventuais criminosos, e contrário à apresentada no Veto, considerando que a proposição não delega novas atribuições ou impõe despesas orçamentárias ao Poder Executivo.

Fl Nº 030/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

3) DECISÃO DA COMISSÃO:

A propositura não delega novas atribuições ao Poder Executivo, e, não se pode alegar que ao determinar que a forma de fiscalização e sanções seja feito através de Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo, crie uma imposição de obrigação àquele Poder, tendo em vista que o exercício da função fiscalizadora ao cumprimento de legislação municipal é inerente à atividade administrativa, compulsória e já desempenhada pelo Poder Executivo.

Deste modo, com a aprovação do projeto em questão será possível propiciar maior segurança aos munícipes, não invadindo a competência privativa do Poder Executivo, e, assim, embasados pelos pareceres emitidos pelo Departamento Jurídico desta Casa de Leis, opinamos pela rejeição pura e sumária do Veto da Senhora Prefeita ao Projeto de Lei nº. 036/2011.

Diante todo o exposto, em análise ao Veto apresentado e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER CONTRÁRIO** ao **VETO APOSTO AO PL Nº 036/2011** e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 09 de novembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO DE 16/11/2011
PRESIDENTE

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

VOTO VENCIDO

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

Fl Nº 031/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

RAZÕES DO VETO AO PROJETO DE LEI N° 036/2011

Fl Nº 026/2011
Processo 111/2011

SENHOR PRESIDENTE
NOBRES VEREADORES

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar o recebimento do Autógrafo nº 029/2011, do Projeto de Lei nº 036/2011, o qual **"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.**", cuja segunda via restituo-lhe com o seguinte pronunciamento.

Conquanto o nobre escopo do projeto apresentado pela Nobre Vereadora a esta Egrégia Casa de Leis, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 5º, 25 caput, 144 da Constituição Estadual, Artigo 66, §1º da Constituição Federal c.c. art. 46 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, **DECIDI VETAR INTEGRALMENTE, POR CONTRARIAR O INTERESSE PÚBLICO E EM RAZÃO DE VÍCIOS DE INICIATIVA, INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE** que o acometem, que a seguir expomos:

O Projeto de Lei em apreço tem por objetivo a obrigatoriedade a instalação de sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo, nas áreas externas das instituições bancárias e financeiras, bem como casas lotéricas e correios, que possuam agências ou postos de atendimento localizados no Município da Estância Turística de Holambra.

Em que pese as argumentações trazidas pela nobre edil, essa busca legislar em matéria que não é de competência dos vereadores ou do Poder Legislativo.

Ressalte-se que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, **organização administrativa**; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política.

Cabe ressaltar, que a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, nos incisos do art. 42, reforçou a privatividade do Chefe do Poder Executivo Municipal, para a iniciativa de leis, que disponham sobre a matéria avençada, acolhendo em seu texto o disposto no art. 61, § 1º, II, da Carta Política.

Assim, observa-se que o presente Projeto de Lei representa evidenciada invasão da competência reservada ao Poder Executivo Municipal, violando o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, como faz a regra o art. 2º, da Constituição Federal.

Como se vê, o objeto da proposição contém disposição que fere o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, não cabe ao Poder Legislativo interferir na esfera de atuação do Poder Executivo.

Ao se criarem atribuições a determinado órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, a Câmara Municipal acaba por interferir na esfera de atuação do Poder Executivo, comportamento, este que não se coaduna com princípo da harmonia e independência entre os Poderes (art. 2º da CF/88). A cada Poder, portanto, somente é lícito atuar dentro da alçada de sua competência.

Daí porque se, de fato, assim proceder, inobservará, ainda o Legislativo os princípios informadores do processo legislativo, previstos nos arts. 60 a 69 da Carta Federal, entre os quais nos reportamos ao disposto no art. 61, § 1º, II, *e*, que prevê ser de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local a iniciativa das leis que versem sobre **criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública**.

Fl Nº 027/2011
Processo 111/2011

O renomado Professor Hely Lopes Meirelles, comenta o assunto:

> *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional;* ***criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal****.*
>
> *"Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais.*

necessário, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

Artigo 5º - Os estabelecimentos bancários terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem às exigências estabelecidas.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando sua forma de fiscalização e sanções.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de novembro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente/Vereador

Autor do Projeto de Lei nº 036/2011: Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

Fl Nº 045/2011
Processo 111/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 032/2011

Processo 111/2011

[X] *SIM AO VETO TOTAL*

[ ] *NÃO AO VETO TOTAL*

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

X	*SIM AO VETO TOTAL*
	NÃO AO VETO TOTAL

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 033 / 2011

Processo 111 / 2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

X	*SIM AO VETO TOTAL*
	NÃO AO VETO TOTAL

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 03 / 2011

Processo 111 / 2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

[X]	*SIM AO VETO TOTAL*
[ ]	*NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl. Nº 035 / 2011

Processo 111 / 2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

	SIM AO VETO TOTAL
X	*NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 036/2011

Processo 111/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 037/2011

Processo 111/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

☐	*SIM AO VETO TOTAL*
☒	*NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Nº 038/2011

Processo 111/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

	SIM AO VETO TOTAL
X	*NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Nº 039/2011

Processo 111/2011

VOTAÇÃO SECRETA

Em conformidade com Artigo 1º, Resolução nº. 097/2001, e Artigo 66, § 4º da Constituição Federal.

29ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2010.

☐ *SIM AO VETO TOTAL*

☒ *NÃO AO VETO TOTAL*

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Nº 040/2011

Processo 111/2011

Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convalesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas constitucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça.

"A exclusividade de iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto à matérias propostas pelo Executivo. Nessa conformidade, pode o Legislativo apresentar emendas supressivas e restritivas, não lhe sendo permitido, porém, oferecer emendas ampliativas, porque estas transbordam da iniciativa do Executivo (Direito Municipal Brasileiro, 6. ed., Malheiros, 1993, p. 541 e 542) [sem grifo no original.

Ainda que assim não o fosse, materialmente a lei em comento também padece de inconstitucionalidade.

Como se vê, o objeto da proposição dispõe sobre organização e estrutura Administrativa e ainda cria para o Executivo uma obrigação de fazer relacionada a fiscalização quanto ao cumprimento ou não das tais câmeras de segurança. Por essa razão, o projeto acaba por invadir a esfera de competência privativa do Executivo, fato este que configura a inconstitucionalidade por vicio formal de iniciativa, o que vicia sua constitucionalidade, por violar os arts. 2º; 61, § 1º, II,"b", da Constituição Federal.

Além disso, verifica-se que o projeto de lei, estabelece que o Poder Executivo o regulamentará através de Decreto, o qual deverá especificar sua forma de fiscalização e sanções, sendo certo, que a incidência de sanção administrativa, **implica a necessidade de criação ou alteração de cargos e funções de servidores da Administração Publica, o que acarretara num resultando no aumento de despesa para o Município, sem contudo especificar a fonte de custeio**, descumprindo o que determina o a Lei Complementar nº 101/00 (Arts. 16 e 17) e artigo 25, caput da Constituição Estadual, in verbis:

Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.

Neste sentido, de acordo com artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), *a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário.*

Fl Nº Processo

Fl Nº 028/2011
Processo 111/2011

A Lei é inconstitucional, visto que afeta a organização da Administração Publica e do Serviço Publico Municipal e ainda padece de vicio de iniciativa, conforme decisão do Egrégio Tribunal de Justiça em caso análogo:

> ***AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI N. 4.776/2009 - MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - LEI QUE TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO EXTERNA E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR MEIO DE CÂMERAS DE VÍDEO EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO MUNICÍPIO E PREVÊ A FISCALIZAÇÃO A CARGO DOS FISCAIS DA PREFEITURA - CRIAÇÃO DE OBRIGAÇÕES PARA ÓRGÃOS MUNICIPAIS QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA NORMA - MATÉRIA AFETA A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAIS – INICIATIVA RESERVADA OU EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS. 47, INCISO II E 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI N. 4.776/2009 - MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL - PREVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PELOS FISCAIS DA PREFEITURA SEM INDICAÇÃO PRECISA DOS RECURSOS - AFRONTA AO ART. 25 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – PEDIDO PROCEDENTE***
> *Adin. N°: 0381613-23.2010 (990.10.381613-7), Comarca: São Paulo, Reqte. : Federação Brasileira Dos Bancos – Febraban, Reqdo. : Presidente Da Câmara Municipal De Porto Feliz*

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 036/2011, quais sejam, os vícios de inconstitucionalidade, vicio de iniciativa e de ilegalidade que o maculam, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis.

Sendo o que tinha a tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração

Atenciosamente,

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
07 / 11 / 2011
PRESIDENTE

REJEITADO
CONTRÁRIOS 05
FAVORÁVEIS 04
ABSTENÇÕES 00
16/11/11
PRESIDENTE

AO EXMO. SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

FI Nº 029/2011
Processo 111/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CNPJ 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

Recebi em 26 de 10 de 2011
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Ofício n° 252/2011 – GPM

Holambra, 25 de Outubro de 2011.

Senhor Presidente, venho, pelo presente, encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, as **Razões do Veto** ao Projeto de Lei nº 036/2011, aprovado por esta Colenda Câmara Municipal.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito para apresentar meus votos de estima e consideração.

LIDO EM SESSÃO
DE
01 / 11 / 2011
PRESIDENTE

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 02219/2011
Data: 26/10/2011 Hora: 13:04:00
Procedência: PODER EXECUTIVO
Assunto: ENCAMINHANDO RAZÕES DO VETO AO PLNº036/2011.

AO ILMO. SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

FI Nº 024/2011
Processo 111/2011

Diante de todo o exposto, **concluí-se** que o referido projeto é legal, tendo em vista que se encontra livre de vícios de iniciativa, e que tal matéria é de interesse local, e pode ser legislado de forma supletiva pelo município.

Desta forma, com base neste parecer, o referido Projeto deve ser reenviado para a análise das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação final, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo legal.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 07 de novembro de 2011.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl Nº 023/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal, em 18 de outubro de 2011.

Ofício nº. 066/2011

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Es... Turística
Nº de Ordem 3417/2011
Fls. nº _____ Livro nº _____
Data da entrada 19 de
Outubro de 2011
RESPONSÁVEL

Assunto: *Encaminha Autógrafo*

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal,

Com os meus respeitosos cumprimentos, na qualidade de Presidente Desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, tenho a satisfação de, pelo presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o seguinte autógrafo:

Autógrafo nº. 029/2011, oriundo do Projeto de Lei nº. 036/2011, de iniciativa da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx.

O referido projeto foi apreciado, deliberado e regularmente aprovado, na Sessão Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2011, neste Legislativo, gerando o autógrafo acima descrito.

Sem mais para o momento, reitero nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

A Sua Excelência a Senhora,
MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeitura Municipal
Estância Turística de Holambra

Fl Nº 018/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

AUTÓGRAFO Nº. 029/2011
AO PROJETO DE LEI Nº. 036/2011

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova:

Artigo 1º- *Ficam todos os estabelecimentos bancários e financeiros, agências dos correios e lotéricas, sediados no município da Estância Turística de Holambra, obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento, sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno, de modo que torne possível a completa visualização da entrada e saída de todos os usuários.*

Parágrafo Único: *O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe derem acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.*

Artigo 2º - *Será obrigatória a afixação de aviso informativo sobre a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.*

Artigo 3º - *As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.*

Artigo 4º - *Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenados em local adequado e seguro, sob responsabilidade do estabelecimento, ficando à disposição das entidades investigativas, quando necessário, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.*

Fl Nº 020/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Artigo 5º - *Os estabelecimentos* ***de que trata o Artigo 1º terão prazo para sua regularização especificado em decreto a ser emitido pelo Poder Executivo****.*

Artigo 6º - *O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando sua forma de fiscalização e sanções.*

Artigo 7º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 18 de outubro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Vice-Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/2ª Secretária

Fl Nº 021/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 36 de 29 de setembro de 2011, apresentado pelo Legislativo, no que diz respeito a sua eficácia, validade jurídica e possibilidade de implantação;

Considerando que foi requerido pareceres junto ao IGAM, para melhor orientação sobre o assunto, o qual se manifestou favorável ao projeto;

Considerando, ainda, que foram feitas as correções necessárias e sugeridas, todas de ordem técnica legislativa;

Considerando, por fim, o VETO INTEGRAL da Prefeita Municipal, Senhora Margareti Rose de Oliveira Groot;

Venho, por meio deste, tecer meus comentários a respeito da questão.

Quanto à legalidade do Projeto de Lei não há discussão, tendo em vista que encontra respaldo legal no artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal, que traz a legitimidade do Município para legislar supletivamente a cerca de segurança bancária, no âmbito de seu interesse local. Além disso, não fere o artigo 61, também da CF e artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, que traduzem as matérias de competência privativa do Poder Executivo.

Ora, o que o Poder Executivo questiona em seu veto é o vício de iniciativa e inconstitucionalidade, ponderando que tal projeto de lei versa sobre "criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública", invadindo a competência do executivo para legislar sobre o assunto, e, ainda, ferindo os princípios da harmonia e independência dos poderes, previstos no artigo 2º da Constituição Federal.

Tais argumentos não merecem prosperar, pois a proposição não delega novas atribuições ou impõe despesas orçamentárias ao Poder Executivo. Não se pode alegar que ao determinar que a forma de fiscalização e sanções seja feito através de Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo, crie uma imposição de obrigação àquele Poder, tendo em vista que o exercício da função fiscalizadora ao cumprimento de legislação municipal é inerente à atividade administrativa, compulsória e já desempenhada pelo Poder Executivo.

Assim, a propositura em questão não impõe nenhuma nova obrigação e despesa ao Executivo, apenas cria obrigações às instituições bancárias e financeiras, deixando ao Executivo a regulamentação de suas minúcias, fiscalização e sanções, tudo inerente à função administrativa daquele Poder.

Fl Nº 022/2011
Processo 111/2011

DESPACHO

GP em 26 de Outubro de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 025/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 01 AO PROJETO DE LEI Nº 036/2011

Fica alterado o artigo 5º do Projeto de Lei 036/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º- Os estabelecimentos de que trata o Artigo 1º terão o prazo para sua regularização especificado em decreto a ser emitido pelo Poder Executivo"

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora proposta tem por objetivo a correção de ordem técnica, para adequação correta do prazo de regularização dos estabelecimentos a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 11 de outubro de 2011.

Naiara Regitano Hendrikx
Vereador

LIDO EM SESSÃO
DE
17 / 10 / 2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 02199/2011
Data: 13/10/2011 Hora: 11:20:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: EMENDA MODIFICATIVA Nº001 AP PL Nº036/2011, VER. NAIARA.

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 01
ABSTENÇÕES 00
17/10/11
PRESIDENTE

FL Nº 016 /2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
27ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *17/10/2011, ÀS 19 HORAS.*

***PROPOSITURA**: EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001/2011.*

***ASSUNTO:** "ALTERA O ARTIGO 5º DO PROJETO DE LEI Nº. 036/2011".*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N		
ASTÉRIO PINTO FILHO	S		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	No exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 01

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Fl Nº 018 / 2011

Processo 111 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
27ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *17/10/2011, ÀS 19 HORAS.*

***PROPOSITURA**: PROJETO DE LEI Nº. 036/2011*

***ASSUNTO:** "DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEOS NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTALAÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	N		
ASTÉRIO PINTO FILHO	S		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S	José B. Souza	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	no exercício da Presidência		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 07

VOTOS CONTRÁRIOS: 01

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Aprovado

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

FI Nº 015/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise ao **"Projeto de Lei nº 036/2011" e "Emenda Modificativa nº 01/2011", de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei tem por objeto, o seguinte: **"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".**
Já a **Emenda Modificativa pretende fazer alterações de ordem técnica, retirando vícios formais.**

2) DO RELATÓRIO:

O Nobre Vereador MARIO LUIZ SITTA, Relator do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: Em análise aos termos de legalidade, a proposição tem total amparo legal, de acordo com o disposto no artigo 30 da Constituição Federal e artigo 42 da Lei Orgânica do Município, não ferindo a competência privativa do Poder Executivo.
Desta forma, feitas as correções técnicas apontadas na Emenda Modificativa, e pelos motivos expostos, e, ainda, não havendo nenhuma objeção, o parecer deste relator, em termos de legalidade, é **favorável à proposição**, visto que o Projeto de Lei e sua Emenda modificativa apresentam todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação. Além disso, a proposição não delega novas atribuições ao Executivo, já que dispõe que a regulamentação da presente lei será feito por aquele Poder.

b) da conveniência e oportunidade: a proposição é conveniente e oportuna, pois visa propiciar segurança aos munícipes usuários de serviços financeiros e bancários, já que a instalação de câmeras inibe a prática de ações ilícitas, e, ainda, possibilita a identificação de eventuais criminosos.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório do Vereador Relator do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 036/2011**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 11 de outubro de 2011.

Fl Nº 013/2011
111/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Cont.Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 033/2011

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
17 / 10 / 2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Fl Nº 014 / 2011
Processo 111 / 2011

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

ISO 9001:2008 GESTÃO DA QUALIDADE IGAM

Porto Alegre, 6 de outubro de 2011.

Orientação Técnica IGAM nº 18415 e 18417/2011.

I. A União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, pelo seu diretor, Luis Mario Machado dos Santos, por solicitação da Sra. Andréia, da Câmara Municipal de Holambra, solicita orientação acerca da viabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 27, de setembro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de segurança e monitoramento por Câmaras de Vídeo, nas áreas externas das instituições bancárias e financeiras, bem como casas lotéricas e correios, que possuam agências ou postos de atendimento localizados no Município da estância turística de Holambra.

II. A Constituição Federal prevê expressamente a competência do Município em legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30,I[1]), podendo assim serem considerados aqueles que atentem aos reclames e demandas da população.

A proposição analisada trata de matéria que se reveste de interesse local, pois tem por objetivo tornar obrigatória a instalação de sistema eletrônico de monitoramento externo em agências bancárias e casas lotéricas do Município, como medida de segurança.

Salienta-se o interesse local da questão com base no seguinte ensinamento de Meirelles[2]:

> A cidade, sendo o meio ambiente do homem, o seu habitat natural, deve ser dotada de todos os elementos e fatores de seu bem-estar físico, moral e espiritual, satisfazendo-o não só biologicamente, como também nas suas exigências éticas e artísticas. Dentro dessa concepção humana e racional da cidade moderna cabem todas as exigências de polícia administrativa que as Administrações locais reputarem convenientes, úteis ou necessárias em prol da segurança, da funcionalidade, da salubridade, do conforto e da estética urbana.

Verifica-se que a Administração, revestida em seu poder de polícia, pode determinar restrições ou deveres em prol do bem estar social, através de sua prerrogativa constitucional. Sendo assim, é possível que o Município legisle acerca de matérias que conferem às agências bancárias determinadas obrigações que

---

1 Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

2 MEIRELLES, Hely Lopes, *Direito Municipal Brasileiro*,.6° ed. São Paulo:Malheiros, 1993, p. 364.

Fl Nº 009/2011
Processo 111/2011

DESPACHO

GP em 13 de outubro de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 017/2011

Processo _____

beneficiem a população, como, por exemplo, a instalação de sistema eletrônico de monitoramento de imagens, como medida de segurança, visto que se trata de interesse dos munícipes.

Nesse sentido a jurisprudência consagrada do Supremo Tribunal Federal:

> RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Competência legislativa. Município. Edificações. **Bancos. Equipamentos de segurança. Portas eletrônicas**. Agravo desprovido. Inteligência do art. 30, I, e 192, I, da CF. Precedentes. **Os Municípios são competentes para legislar sobre questões que respeite a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público** (STF, AI-AgR 491.420-SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, 21-02-2006, v.u., DJ 24-03-2006, p. 26, RTJ 203/409) (grifou-se)
>
> ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS – **COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA, MEDIANTE LEI, OBRIGAR AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A INSTALAR, EM SUAS AGÊNCIAS, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA – INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA FEDERAL** – ALEGAÇÃO TARDIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 144, §8º, DA CONSTITUIÇÃO – MATÉRIA QUE, POR SER ESTRANHA À PRESENTE CAUSA, NÃO FOI EXAMINADA NA DECISÃO OBJETO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO – INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO 'JURA NOVIT CURIA' – RECURSO IMPROVIDO.- **O Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, art. 30, I), com o objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em sua agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança (tais como portas eletrônicas e câmeras filmadoras)** ou a propiciar-lhes conforto, mediante oferecimento de instalações sanitárias, ou forncimento de cadeiras de espera, ou, ainda, colocação de bebedouros (STF, AI-AgR 341.717-RS, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, 31-05-2005, v.u., DJ 05-08-2005, p. 92) (grifou-se)

Da mesma forma, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo:

> Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 2.422-A de 30/6/2010, do Município de São Vicente-SP. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de segurança nas agências bancárias e casas lotéricas do Município de São Vicente. 1. **Não é inadequada, excessiva ou arbitrária, a exigência legislativa que impõe providência mínima, e até mesmo simples (instalação e manutenção de câmeras de vigilância), que visa, singelamente, melhorar a condição de segurança no atendimento dos clientes dos serviços bancários**. 2. Vício de origem. Inocorrência. A lei

FI Nº 010/2011
Processo 111/2011

> não trata de nenhum dos assuntos reservados à iniciativa do poder executivo municipal. Omissão no projeto de indicação da fonte de receita. Não era o caso de tal previsão, porquanto a lei não criou nenhuma despesa para o poder público, mas, tão somente às instituições bancárias. Constitucionalidade defendida pela própria municipalidade. Julga-se improcedente a ação, revogada a liminar. (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 0346291-39.2010, Relator Dês. JURANDIR DE SOUSA OLIVEIRA, julgado em 20.04.11) (grifou-se)

Das decisões acima transcritas, extrai-se que o Município possui legitimidade para legislar supletivamente acerca da segurança bancária, extensiva esta as instituições financeiras, bem como postos de atendimentos de casas lotéricas, eis que se trata de regime de concessão, levando em conta as necessidades locais (CF, art. 30, incisos I e II[3]).

Contudo, impera óbice quanto à possibilidade de que o Município estenda tal obrigação a agências de correios, eis que se trata de empresa pública, entidade da Administração Pública indireta, cabendo a União a competência legislativa acerca da matéria. Posto de atendim. bancários

Por fim, entende-se que o prazo para adequação, por parte das agências bancárias e instituições financeiras deverá iniciar a partir da regulamentação do Poder Executivo, via decreto. Tal implica que se retifique a redação dos arts. 5º e 6º do presente projeto de lei.

III. Fixada a competência legislativa do Município sobre a matéria objeto da proposição analisada, cabe agora examinar a legitimidade da iniciativa legislativa exercida pelo Vereador.

Nesse sentido, considerando que a proposição não delega novas atribuições ou a imposição de ônus extra-orçamentário a ser suportado pelo Poder Executivo, tem-se que a matéria não é de iniciativa reservada ao chefe daquele Poder, razão pela qual se infere correto o exercício da iniciativa por parte de vereador.

A esse respeito, necessário registrar que o exercício da função fiscalizadora ao cumprimento da legislação municipal é inerente à atividade administrativa municipal, a qual é desempenhada pelo Poder Executivo, não decorrendo, pois, da proposição analisada a imposição de qualquer atribuição nova

[3] Art. 30. Compete aos Municípios:
(...)
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Fl Nº 011/2011 3
Processo 111/2011

ao Poder Executivo. No mesmo sentido, não decorre da proposição o incremento de despesas ao Poder Executivo.

Ademais, tem-se que o presente projeto de lei não impõe sanções ao descumprimento da norma, o que terminaria por invadir a seara de competência do Prefeito, indicando que a fiscalização e a aplicação de sanções serão passíveis de regulamentação pelo Poder Executivo (art. 6º, do presente projeto de lei), razão pela qual se entende pela viabilidade da iniciativa.

IV. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica de tramitação do Projeto de Lei nº 36 de 2011, uma vez que a proposição se apresenta livre de vícios de natureza forma ou material, desde que se observe a necessidade de saneamento quanto aos apontamentos feitos no corpo da presente Orientação.

O IGAM permanece à disposição.

DANIEL PIRES CHRISTOFOLI
OAB/RS 71.737
Consultor do IGAM

EVERTON M. PAIN
OAB/RS 31.446
Consultor do IGAM

FI Nº 012/2011
Processo 111/2011

PARECER JURÍDICO

Considerando o Projeto de Lei nº 036/2011, de 27 de setembro de 2011, apresentado pela Nobre Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, que "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA", no que diz respeito à sua validade jurídica, iniciativa, legalidade, constitucionalidade e possibilidade de implantação;

Considerando que para melhor orientação desta Casa de Leis, foi requerido parecer junto ao IGAM, o qual emitiu posição favorável ao projeto, com sugestão de algumas modificações a serem feitas, de ordem técnica legislativa, as quais serão apresentadas adiante;

Considerando que a Constituição Federal traz em seu artigo 30, a competência do Município em legislar sobre questões de interesse local;

Considerando que a proposição não fere a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, prevista no artigo 42 da LOM, já que não impõe nenhuma nova atribuição ao Executivo, nem cria despesas;

Considerando, ainda, que o projeto em questão indica a sua regulamentação através de decreto a ser expedido pelo Poder Executivo;

Considerando que o órgão consultivo, IGAM, apontou em seu parecer que a medida proposta no Projeto de Lei não pode ser imposta aos Correios, já que se trata de empresa pública, cabendo então à União a competência da matéria, todavia, não concorda o Departamento Jurídico desta Casa de Leis, já que a agência dos Correios deste município possui um Posto de Atendimento Bancário em suas dependências, realizando todos os serviços de um estabelecimento bancário e financeiro, e, desta forma, seus usuários também necessitam da segurança proposta neste Projeto de Lei;

Considerando, conforme já citado, que o referido Projeto de Lei merece ser corrigido em seu artigo 5º, pois não elenca corretamente todos os estabelecimentos citados no artigo 1º, e, além disso, traz um prazo para a regularização destes, o que deve ser tratado no decreto de regulamentação;

Concluímos que o Projeto de Lei em questão, depois de corrigido seu vício formal, possui total viabilidade jurídica e técnica, com respaldo legal disposto no artigo 30 da Constituição Federal e artigo 42 da Lei Orgânica Municipal.

FI Nº 007/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº 036/2011, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova:

Artigo 1º- Ficam todos os estabelecimentos bancários e financeiros, agências dos correios e lotéricas, sediados no município da Estância Turística de Holambra, obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento, sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno, de modo que torne possível a completa visualização da entrada e saída de todos os usuários.

Parágrafo Único: O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe derem acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

Artigo 2º - Será obrigatória a afixação de aviso informativo sobre a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

Artigo 3º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

Artigo 4º - Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenados em local adequado e seguro, sob responsabilidade do estabelecimento, ficando à disposição das entidades investigativas, quando necessário, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

Fl Nº 001/2011
111/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra - SP

Artigo 5º - Os estabelecimentos bancários terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem às exigências estabelecidas.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando sua forma de fiscalização e sanções.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, "Vereador Aparício de Almeida", aos 26 de setembro de 2011.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo propiciar segurança aos munícipes usuários de serviços financeiros e bancários, uma vez que a instalação de câmeras, comprovadamente, inibe a prática de ações ilícitas.

Como as agências dispõem de sistemas de segurança interna com vigilantes armados, portas giratórias com detector de metal, os assaltantes adaptaram suas ações para as imediações, onde a segurança é ineficiente.

Com a instalação de câmeras de vídeo na área externa dos estabelecimentos bancários e financeiros, espera-se que seja coibida a prática dos delitos mencionados, pois os criminosos poderão ser identificados, facilitando assim o trabalho da polícia.

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 01
ABSTENÇÕES 00
17/10/11
PRESIDENTE

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

LIDO EM SESSÃO
DE
03/10/2011
PRESIDENTE

FL Nº 003/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PROJETO DE LEI Nº 036/2011, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova:

Artigo 1º- Ficam todos os estabelecimentos bancários e financeiros, agências dos correios e lotéricas, sediados no município da Estância Turística de Holambra, obrigados a instalar e manter permanentemente em funcionamento, sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo em suas áreas externas, em quantidade suficiente para abranger todo o seu entorno, de modo que torne possível a completa visualização da entrada e saída de todos os usuários.

Parágrafo Único: O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravação dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe derem acesso, bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta) graus.

Artigo 2º - Será obrigatória a afixação de aviso informativo sobre a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

Artigo 3º - As imagens capturadas pelas câmeras de vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão possibilitar a identificação e o reconhecimento das pessoas que transitarem pelos locais protegidos.

Artigo 4º - Os arquivos com as imagens gravadas deverão ser armazenados em local adequado e seguro, sob responsabilidade do estabelecimento, ficando à disposição das entidades investigativas, quando necessário, sendo preservados pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, após o que poderão ser eliminados.

Fl Nº 004/2011
Processo 111/2011

Artigo 5º - Os estabelecimentos bancários terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem às exigências estabelecidas.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando sua forma de fiscalização e sanções.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, "Vereador Aparício de Almeida", aos 26 de setembro de 2011.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo propiciar segurança aos munícipes usuários de serviços financeiros e bancários, uma vez que a instalação de câmeras, comprovadamente, inibe a prática de ações ilícitas.

Como as agências dispõem de sistemas de segurança interna com vigilantes armados, portas giratórias com detector de metal, os assaltantes adaptaram suas ações para as imediações, onde a segurança é ineficiente.

Com a instalação de câmeras de vídeo na área externa dos estabelecimentos bancários e financeiros, espera-se que seja coibida a prática dos delitos mencionados, pois os criminosos poderão ser identificados, facilitando assim o trabalho da polícia.

APROVADO
FAVORÁVEIS 07
CONTRÁRIOS 01
ABSTENÇÕES 00
17/10/11
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
03/10/2011
PRESIDENTE

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

FI Nº 005/2011
Processo 111/2011

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo: 02171/2011

Data: 29/09/2011 Hora: 08:59:00

Procedência: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA, VEREADORA NAIARA

APROVADO
AUSENTES
CONTRÁRIOS
ABSTENÇÕES
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo: 02171/2011

Data: 29/09/2011 Hora: 08:59:00

Procedência: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA, VEREADORA NAIARA

APROVADO
FAVORÁVEIS
CONTRÁRIOS
ABSTENÇÕES
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Secretaria da Câmara Municipal, em 3 de outubro de 2011.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho o ***Projeto de Lei nº. 036/2011 "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, BEM COMO CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA".****para exame e emissão do respectivo parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 3 de outubro de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para relator do Projeto de Lei n. 036/2011, o Vereador Mario Luiz Sitta.

Recebi 3 de outubro de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl Nº 006 / 2011
Processo 111 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP